

A LUTA CONTINUA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA EGF

Depois de um processo desenvolvido à pressa e imposto contra tudo e contra todos, em que, uma vez mais, ficou patente a estreita comunhão de interesses entre o poder político e o poder económico, o Governo PSD/CDS veio anunciar a privatização da EGF, ou seja, a entrega da Valorsul, Amarsul e outras empresas públicas de recolha e tratamento dos resíduos sólidos de praticamente todo o País, a um grupo privado (SUMA), liderado pela já bem conhecida Mota-Engil, que, naturalmente, viu neste negócio mais uma oportunidade de obter lucro fácil e rápido à custa dos cidadãos que vão ser chamados a pagar.

Ao tomar esta decisão, ignorando os alertas e as denúncias feitas pelos trabalhadores, cuja luta teve o apoio dos cidadãos, assim como a oposição dos municípios a este processo, incluindo com o recurso à via judicial, o Governo demonstra uma vez mais a sua vocação ditatorial e um profundo desprezo por todos aqueles que, de alguma forma, se identificam e defendem os interesses nacionais.

Para além dos prejuízos que a privatização deste sector estratégico, a concretizar-se, causará aos trabalhadores e aos cidadãos, é oportuno relembrar que se trata de um negócio ruinoso para o País, na medida em que o Governo se propõe entregar ao sector privado, a preço de saldo, empresas que dão lucro ao Estado, que investem na qualidade ambiental das regiões em que estão inseridas e que representam um moderno e valioso património público, que resultou de um investimento já consolidado de mais de mil milhões de euros.

Por todas estas razões não podemos deixar de considerar esta decisão do Governo como mais um crime económico gravemente lesivo dos interesses nacionais que, não obstante a pressa do Governo, ainda é possível impedir que se concretize.

Quaisquer que sejam os próximos desenvolvimentos, os trabalhadores jamais abdicarão da luta pela permanência destas empresas no sector público, associando sempre a defesa dos postos de trabalho, da retribuição e dos direitos à garantia da qualidade do serviço prestado às populações. Nesse sentido, vão ser agendados plenários de trabalhadores para os próximos dias, com vista a decidir quais as formas de luta a adoptar, face à situação em que o processo se encontra.

Mas uma coisa é certa: a melhor forma de contribuir para derrotar este atentado contra os trabalhadores, o povo e o País é prosseguir e intensificar a luta para que este Governo do grande capital vá para a rua o mais rapidamente possível, criando condições para uma mudança de política a favor dos trabalhadores, do povo e do País.

Não à privatização! Defender o serviço público! Garantir o emprego e os direitos!

Lisboa 19/09/2014

A Direcção (Contacto: Navalha Garcia, telemóvel n.º 914598348)